

Juventude Socialista acusa Governo de seguir uma agenda ideológica ultraliberal na Educação

Quinta-feira, 19 de Setembro de 2013

Para o Secretário-geral da Juventude Socialista, João Torres, a questão recentemente tornada pública sobre a não obrigatoriedade do ensino do Inglês no 1.º ciclo do Ensino Básico «é chocante, mas manifesta apenas a ponta do 'iceberg' das políticas educativas da coligação de direita, que pretendem dismantelar a Escola Pública».

O líder da JS entende que «o País está a viver o maior ataque ao ensino público da democracia, enfraquecendo-se continuamente as escolas dos ensinos básico e secundário e os estabelecimentos de ensino superior de uma forma nunca antes vista». Para a Juventude Socialista, «a agenda ideológica ultraliberal do Governo está cada vez mais à vista, com uma concepção conservadora e obsoleta da sociedade, da escola e do ensino, que foi primeiramente manifestada com a extinção de centros de Novas Oportunidades».

Utilizando como arma de arremesso as dificuldades financeiras que Portugal atravessa, o Governo pressiona a implementação de uma agenda ultraliberal que tem piorado a qualidade da educação nos últimos dois anos – uma educação que oferece agora menos qualidade para os alunos e uma maior precariedade laboral para professores e funcionários. Para a Juventude Socialista, «este Ministério sacrifica as reformas educativas necessárias pelas “reformas da poupança”».

No que à Educação e ao Ensino Superior diz respeito, o Secretariado Nacional da Juventude Socialista destaca com grande preocupação:

- a) O aumento do número de alunos por turma nos ensinos básico e secundário, por motivos puramente economicistas, o que prejudica gravemente a qualidade do ensino público;
- b) O atraso na publicação das listas dos docentes contratados, bem como a falta de técnicos nos cursos profissionais, o que tem comprometido a tranquilidade do início do ano lectivo, acentuando a tónica de precariedade a que estes trabalhadores estão sujeitos e revelando o experimentalismo a que o Ministério sujeita a escola pública;
- c) A impossibilidade de muitas escolas terem iniciado o ano lectivo no calendário estipulado, por falta de professores que ainda não estão contratados, necessários ao regular funcionamento dos estabelecimentos de ensino;
- d) A diminuição do número de candidatos ao ingresso no Ensino Superior, invertendo-se a tendência da última década, o que contribui para consolidar a opinião da Juventude Socialista de que este Governo compromete o incremento da qualificação dos Portugueses;
- e) O não-congelamento do valor das propinas cobradas aos alunos do Ensino Superior, designadamente enquanto estiver em curso o plano de assistência financeira ao nosso País, ao contrário do que a Juventude Socialista vem defendendo;
- f) A vontade do Governo em substituir parte dos apoios concedidos à rede de ensino público pelo chamado “cheque-ensino”, que configura mais um desinvestimento na escola pública e induz uma falsa noção democrática de liberdade de escolha, que conduzirá a uma ensino a



**JUVENTUDE
SOCIALISTA**

duas velocidades, numa lógica de “ensino em cheque”, deixando para trás os sectores da população mais desfavorecidos.

g) Os critérios distorcidos de atribuição de bolsas de acção social escolar no ensino superior que, independentemente da sua situação tributária ou do seu mérito académico, excluem candidatos apenas pela existência de dívidas de familiares até ao 4.º grau, o que coloca em causa a igualdade de oportunidades e a própria democratização do acesso ao ensino superior.

JS | Comunicação